



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

PRAÇA OLEGÁRIO MACIEL, 17 – CENTRO – MINAS NOVAS

CEP: 39.650-000 – TELEFAX: (033) 3764-1216 e 3764-1395

cmnovas@powertechinfo.com.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 04/2019.

Aprova integralmente as contas do Exercício Financeiro de 2016 do Município de Minas Novas.

O Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 202 e seguintes do Regimento Interno desta casa, promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica integralmente **aprovada** as contas do Exercício Financeiro de 2016 – Administração do Sr. Gilberto Gomes de Sousa, do município de Minas Novas /MG.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrario, entrando esta Resolução em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Sala das Sessões, 03 de Julho de 2019.


Gustavo Luiz Coelho Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Pós-Deliberação

Av. Raja Gabáglia, nº 1315 – Bairro Luxemburgo

Belo Horizonte/MG – CEP 30.380-435

Tel.: (31)3348-2111



Ofício n.: 661/2019
Processo n.: 1012747

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2019.

À Excelentíssima Senhora
Fátima de Lourdes Martins Almeida
Presidente da Câmara Municipal de Minas Novas

Senhora Presidente,

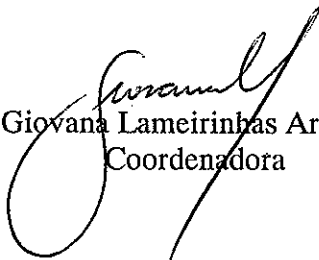
Por ordem do Presidente da Câmara deste Tribunal, e nos termos do disposto no art. 238, parágrafo único, inciso I da Res. 12/2008, comunico a V. Ex.^a que foi emitido o Parecer Prévio sobre as contas desse Município, referente ao processo acima epigrafado.

Informo-lhe que os documentos produzidos no Tribunal (relatórios, pareceres, despachos, Ementa, Acórdãos) estão disponíveis no Portal TCEMG, no endereço www.tce.mg.gov.br/Processo.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar n. 1022008, deverá ser enviada a este Tribunal cópia autenticada da Resolução aprovada, promulgada e publicada, bem como das atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retro mencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/08, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis.

Respeitosamente,


Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

COMUNICADO IMPORTANTE

As intimações referentes a este processo serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas, salvo disposição expressa do Relator, nos termos do disposto no art. 166, §3º da Res. 12/2008 e art. 26, §2º da Res. 10/2010. Acesse: doc.tce.mg.gov.br.

Cadastre-se no sistema PUSH e acompanhe seu processo – www.tce.mg.gov.br



**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO
MUNICIPAL N. 1012747**

Procedência: Prefeitura Municipal de Minas Novas
Exercício: 2016
Responsável: Gilberto Gomes de Sousa, Prefeito Municipal à época
MPTC: Elke Andrade Soares de Moura
RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO LICURGO MOURÃO

EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXECUTIVO MUNICIPAL. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS. REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL. APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE. DESPESA COM PESSOAL. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. RECOMENDAÇÃO.

Determina-se a emissão de parecer prévio pela aprovação das contas prestadas, com fundamento no art. 45, I, da Lei Orgânica c/c o art. 240, I, do Regimento Interno, constatada a regularidade nos créditos adicionais, a observância dos limites constitucionais de aplicação no ensino, na saúde e no repasse de recursos à câmara municipal, bem como dos limites legais de gasto com pessoal.

PARECER PRÉVIO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

30ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara – 18/10/2018

CONSELHEIRO SUBSTITUTO LICURGO MOURÃO:

I – RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Minas Novas, referente ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do Sr. Gilberto Gomes de Sousa, Prefeito Municipal à época.

A unidade técnica em sua análise inicial, às fls. 2 a 14, não apontou irregularidades nos presentes autos quanto aos seguintes itens:

- abertura de créditos suplementares e especiais sem cobertura legal e sem recursos disponíveis (arts. 42 e 43 da Lei n. 4.320/64);
- empenho de despesas sem créditos concedidos (art. 59 da Lei n. 4.320/64), pois foram autorizados créditos no total de R\$62.529.883,15 e empenhadas despesas no montante de R\$47.041.938,46;
- repasse de recursos ao Poder Legislativo (art. 29-A, I, da CR/88), pois foi repassado o percentual de 6,96% da receita base de cálculo, dentro do limite constitucional;

- aplicação dos índices constitucionais relativos ao ensino (art. 212 da CR/88) e à saúde (art. 198, §2º, III, da CR/88 c/c LC n. 141/12), que corresponderam, respectivamente, aos percentuais de 28,58% e de 18,04%;

- despesas com pessoal (arts. 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/00), pois o município e os Poderes Executivo e Legislativo aplicaram, respectivamente, os percentuais de 58,44%, 55,47% e de 2,97% da receita base de cálculo.

À fl. 14, com base nas diretrizes definidas por este Tribunal de Contas, a unidade técnica propôs a aprovação das contas, conforme art. 45, I, da Lei Complementar n. 102/08.

O Ministério Público de Contas, às fls. 41 e 42 (frente e verso), em parecer da lavra da Procuradora Elke Andrade Soares Moura, opinou pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, com arrimo no art. 45, I, da Lei Complementar n. 102/08, sem prejuízo das recomendações sugeridas.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Com base nas normas gerais de auditoria pública da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – INTOSAI, bem como nas normas brasileiras de contabilidade, otimizou-se a análise das prestações de contas municipais através da seletividade e da racionalidade das matérias relevantes e de maior materialidade.

Sendo assim, no mérito, passa-se à exposição dos fundamentos do posicionamento adotado.

2.1 Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária n. 2.024, de 23/11/15, às fls. 16 a 18, previu a receita e fixou a despesa no valor de R\$61.377.000,00 e autorizou, no art. 4º, a abertura de créditos suplementares até o limite percentual de 1% (um por cento), equivalente a R\$613.770,00, das despesas fixadas. Ainda, foram autorizadas por outras leis, suplementações no montante de R\$7.397.870,57, equivalente ao percentual de 12% das despesas fixadas.

No que diz respeito ao limite de abertura de créditos suplementares autorizados na LOA, embora não haja legislação que normatize a matéria, entende-se como razoável um limite de até 20% das dotações orçamentárias, que em princípio, denota um bom planejamento.

Por outro lado, um bom planejamento orçamentário não se limita apenas ao percentual de abertura de créditos suplementares, ele se inicia pela previsão da receita. Tendo em vista que ela é limitada e, por isso mesmo, é o parâmetro para a fixação da despesa, deve ser orçada com bastante critério, adotando como base a arrecadação dos três últimos exercícios (art. 22 da Lei n. 4.320/64 c/c arts. 11 e 12 da LRF) sem olvidar da realidade econômica do país.

Segundo dados extraídos do SICOM/2016, verificou-se arrecadação deficitária, mas houve superávit na execução orçamentária, conforme demonstrado:

RECEITA ORÇADA X RECEITA ARRECADADA			
Exercício	Receita Prevista na LOA - R\$	Receita Arrecadada - R\$	Arrecadação deficitária - R\$
2016	61.377.000,00	48.095.611,83	13.281.388,17
DESPESAS X RECEITAS			
Exercício	Receita Arrecadada - R\$	Despesa Executada - R\$	Superávit orçamentário - R\$
2016	48.095.611,83	47.041.938,46	1.053.673,37

Quadro elaborado pela equipe do Gabinete do Conselheiro substituto Licurgo Mourão
Fonte: SICOM/2016

Dessa forma, recomenda-se, no que diz respeito à previsão da receita, que sejam observadas as disposições do art. 22 da Lei n. 4.320/64 c/c arts. 11 e 12 da LRF.



2.2 Execução Orçamentária

A unidade técnica, às fls. 3 e 4, apontou que o município abriu créditos suplementares no montante de R\$8.009.681,93, e que foi autorizado pela LOA e outras leis o valor total de R\$8.011.640,57, obedecendo ao art. 42 da Lei n. 4.320/64.

No entanto, em consulta ao SICOM/2016, no demonstrativo dos decretos de alterações orçamentárias, anexado às fls. 43 a 45 (frente e verso), constata-se que, além dos créditos suplementares analisados pela unidade técnica, consta um valor de R\$1.925.343,34 relativo a decretos ou ato de alteração de fonte de recursos.

Com relação aos decretos ou ato de alterações de fonte de recursos, verifica-se, a título de exemplo, no demonstrativo Alterações Orçamentárias do Decreto do SICOM/2016, anexado às fls. 46 a 48, que não houve alterações nas dotações orçamentárias, apenas nas fontes de recursos dentro do mesmo elemento de despesa e da mesma dotação orçamentária.

Pelo exposto, entende-se que a abertura dos créditos adicionais está de acordo com o disposto no art. 42 da Lei n. 4.320/64.

III – CONCLUSÃO

Com fundamento no art. 45, I, da Lei Orgânica c/c o art. 240, I, do Regimento Interno, entendo pela emissão de **parecer prévio pela aprovação das contas** prestadas pelo Sr. Gilberto Gomes de Sousa, Chefe do Poder Executivo do Município de Minas Novas, relativas ao exercício financeiro de 2016, nos termos da fundamentação.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

Acolho a proposta.

CONSELHEIRO SUBSTITUTO HAMILTON COELHO:

De acordo com o Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA:

Esta Presidência também acolhe.

FICA ACOLHIDA A PROPOSTA DE VOTO.

(PRESENTE À SESSÃO O SUBPROCURADOR-GERAL MARCÍLIO BARENCO CORRÊA DE MELLO.)

Re/ jc/dca

CERTIDÃO

Certifico que a Ementa desse Parecer Prévio foi disponibilizada no Diário Oficial de Contas de ___/___/___, para ciência das partes.

Tribunal de Contas, ___/___/___.

Coordenadoria de Sistematização de
Deliberações e Jurisprudência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo nº.: 1012747
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator: CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO
Competência: SEGUNDA CÂMARA
Data/Hora: 05/06/2017 17:58:59

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Data e Hora de Geração: 07/03/2018 16:07:13

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 3ª Cfm - 3ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Período: Anual, Origem do Recurso: 1 - Superávit Financeiro, 2 - Excesso de Arrecadação, 3 - Anulação de Dotações, 4 - Operação de crédito

Decretos de Alterações Orçamentárias

Total por Tipo de Decreto e Origem de Recurso		Valor Aberto	Total por Tipo de Decreto e Tipo de Alteração		Acréscimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar		8.009.681,93	1 - Decreto de Crédito Suplementar		8.009.681,93	6.856.798,78	1.152.883,15
1 - Superávit Financeiro		1.152.883,15	-		8.009.681,93	6.856.798,78	1.152.883,15
3 - Anulação de Dotações		6.856.798,78	5 - Decreto ou Ato de Alteração de Fonte de Recurso		1.925.343,34	1.925.343,34	0,00
			-		1.925.343,34	1.925.343,34	0,00
Total		8.009.681,93	Total		9.935.025,27	8.782.142,12	1.152.883,15

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
1	04/01/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	133.493,21	Acréscimo	100	133.493,21
								Total	133.493,21
							Redução	100	133.493,21
								Total	133.493,21
10	14/03/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2035 - 14/03/2016	3 - Anulação de Dotações	23.315,42	Acréscimo	100	11.000,00
								102	12.315,42
								Total	23.315,42
							Redução	102	12.315,42
		100	11.000,00						
		Total	23.315,42						
13	21/03/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	22.630,16	Acréscimo	100	18.463,77
								102	4.166,39
								Total	22.630,16
							Redução	102	4.166,39
		100	18.463,77						
		Total	22.630,16						
17	19/04/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	3.238,66	Acréscimo	124	43,45
								100	1.994,36
								155	183,02
								102	1.017,83
								Total	3.238,66
							Redução	102	1.017,83
								155	183,02
								100	1.994,36
	124	43,45							
	Total	3.238,66							
19	09/05/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2040 - 09/05/2016	3 - Anulação de Dotações	370.000,00	Acréscimo	100	370.000,00
								Total	370.000,00
							Redução	100	370.000,00
		Total	370.000,00						
20	09/05/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2041 - 09/05/2016	3 - Anulação de Dotações	1.114.300,00	Acréscimo	149	124.000,00
								100	293.000,00
								129	10.000,00
								155	150.000,00
								150	30.000,00
								101	52.000,00
								102	151.000,00
	118	28.000,00							

								148	208.000,00
								146	100.000,00
								150	17.000,00
								102	296.000,00
							Acréscimo	118	325.000,00
								151	9.000,00
								100	224.000,00
								101	94.000,00
37	24/08/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2052 - 24/08/2016	3 - Anulação de Dotações	1.273.000,00		Total	1.273.000,00
								100	224.000,00
								102	296.000,00
								101	94.000,00
								150	17.000,00
							Redução	148	208.000,00
								146	100.000,00
								118	325.000,00
								151	9.000,00
								Total	1.273.000,00
								100	62.000,00
								102	3.000,00
								129	3.000,00
								155	3.000,00
								112	1.000,00
							Acréscimo	148	2.000,00
								124	1.000,00
								151	1.000,00
								122	31.000,00
								101	1.000,00
39	08/09/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2053 - 08/09/2016	3 - Anulação de Dotações	108.000,00		Total	108.000,00
								100	62.000,00
								129	3.000,00
								151	1.000,00
								155	3.000,00
								112	1.000,00
							Redução	102	3.000,00
								124	1.000,00
								122	31.000,00
								101	1.000,00
								148	2.000,00
								Total	108.000,00
40	08/09/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2055 - 08/09/2016	1 - Superávit Financeiro	264.910,00		229	146.970,00
								256	46.440,00
								222	71.500,00
								Total	264.910,00
41	08/09/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2056 - 08/09/2016	3 - Anulação de Dotações	59.000,00		190	59.000,00
								Total	59.000,00
							Redução	190	59.000,00
								Total	59.000,00
42	08/09/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	89.543,83		100	53.648,95
								155	890,00
								101	24.885,58
							Acréscimo	148	7.376,65
								129	142,65
								102	2.600,00
								Total	89.543,83
								100	53.648,95
							Redução	101	24.885,58
								155	890,00
								148	7.376,65

42	08/09/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	89.543,83	Redução	102	2.600,00
								129	142,65
								Total	89.543,83
46	11/10/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2058 - 11/10/2016	1 - Superávit Financeiro	142.364,55	Acréscimo	229	142.364,55
								Total	142.364,55
47	11/10/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2059 - 11/10/2016	3 - Anulação de Dotações	201.000,00	Acréscimo	155	43.000,00
								151	19.000,00
								102	10.000,00
								100	10.000,00
								112	9.000,00
								148	100.000,00
							129	10.000,00	
							Total	201.000,00	
							Redução	129	10.000,00
								155	43.000,00
								100	10.000,00
								112	9.000,00
148	100.000,00								
151	19.000,00								
102	10.000,00								
Total	201.000,00								
48	11/10/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	12.526,48	Acréscimo	100	8.828,31
								148	3.698,17
							Total	12.526,48	
							Redução	100	8.828,31
148	3.698,17								
Total	12.526,48								
50	24/10/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2061 - 24/10/2016	3 - Anulação de Dotações	416.200,00	Acréscimo	100	145.200,00
								148	184.000,00
								102	44.000,00
								118	35.000,00
								101	8.000,00
							Total	416.200,00	
							Redução	100	145.200,00
								102	44.000,00
								148	184.000,00
								119	35.000,00
101	8.000,00								
Total	416.200,00								
52	24/10/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2062 - 24/10/2016	1 - Superávit Financeiro	745.608,60	Acréscimo	222	643.500,00
								256	69.108,60
								229	33.000,00
							Total	745.608,60	
56	18/11/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2063 - 18/11/2016	3 - Anulação de Dotações	340.000,00	Acréscimo	100	160.000,00
								155	70.000,00
								124	110.000,00
							Total	340.000,00	
							Redução	100	160.000,00
								155	70.000,00
124	110.000,00								
Total	340.000,00								
57	18/11/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2064 - 18/11/2016	3 - Anulação de Dotações	2.148.512,00	Acréscimo	124	90.000,00
								150	35.512,00
								100	1.123.000,00
								101	269.000,00
								102	207.000,00
								148	226.000,00
								149	24.000,00
118	174.000,00								

57	18/11/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2064 - 18/11/2016	3 - Anulação de Dotações	2.148.512,00	Acréscimo	Total	2.148.512,00							
								100	1.392.000,00							
								148	226.000,00							
								149	24.000,00							
							Redução	102	207.000,00							
								150	35.512,00							
								119	34.760,34							
								124	90.000,00							
								118	139.239,66							
								Total	2.148.512,00							
58	21/11/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	35.244,79	Acréscimo	100	34.662,29							
								102	250,00							
								148	332,50							
								Total	35.244,79							
							Redução	100	34.662,29							
								102	250,00							
								148	332,50							
								Total	35.244,79							
							60	01/12/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	2024 - 23/11/2015	3 - Anulação de Dotações	94.434,94	Acréscimo	100	82.301,45
															101	5.407,47
	148	2.409,85														
	102	4.316,17														
	Total	94.434,94														
Redução	101	5.407,47														
	148	2.409,85														
	100	82.301,45														
	102	4.316,17														
	Total	94.434,94														
64	20/12/2016	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	2066 - 20/12/2016	3 - Anulação de Dotações	91.660,00	Acréscimo	100	54.660,00							
								102	1.000,00							
								148	31.000,00							
								112	5.000,00							
								Total	91.660,00							
							Redução	112	5.000,00							
								148	31.000,00							
								102	1.000,00							
								100	54.660,00							
								Total	91.660,00							
Total						8.009.681,93										

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 08/03/2018 14:27:59

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 3ª Cfm - 3ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Órgão: Todos, Período: Anual

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - (Art 29-A, CR/88)

Mostrar/Ocultar Todos

	Realizada (A)
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	27.240.356,33
1100.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.719.396,94
1110.00.00 - IMPOSTOS	1.555.135,54
1112.00.00 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	909.872,15
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	173.885,58
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	173.885,58
1112.04.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	492.177,74
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	447.861,07
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	44.316,67
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	243.808,83
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	243.808,83
1113.00.00 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	645.263,39
1113.05.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	645.263,39
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	645.263,39
1120.00.00 - TAXAS	164.261,40
1121.00.00 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	134.163,77
1121.17.00 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00
1121.17.00 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00
1121.25.00 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústria e Prestadora de Serviços	89.208,27
1121.25.00 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústria e Prestadora de Serviços	89.208,27

1121.26.00 - Taxa de Publicidade Comercial	0,00
1121.26.00 - Taxa de Publicidade Comercial	0,00
1121.27.00 - Taxa de Apreensão e Depósito	0,00
1121.27.00 - Taxa de Apreensão e Depósito	0,00
1121.28.00 - Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial	0,00
1121.28.00 - Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial	0,00
1121.29.00 - Taxa de Licença para Execução de Obras	7.055,41
1121.29.00 - Taxa de Licença para Execução de Obras	7.055,41
1121.30.00 - Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	0,00
1121.30.00 - Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	0,00
1121.31.00 - Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	15.555,02
1121.31.00 - Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	15.555,02
1121.32.00 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00
1121.32.00 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00
1121.35.00 - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	0,00
1121.35.00 - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	0,00
1121.99.00 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	22.345,07
1121.99.00 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	22.345,07
1122.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	30.097,63
1122.21.00 - Taxas de Serviços Cadastrais	0,00
1122.21.00 - Taxas de Serviços Cadastrais	0,00
1122.28.00 - Taxa de Cemitérios	5.156,84
1122.28.00 - Taxa de Cemitérios	5.156,84
1122.90.00 - Taxa de Limpeza Pública	0,00
1122.90.00 - Taxa de Limpeza Pública	0,00
1122.99.00 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	24.940,79
1122.99.00 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	24.940,79
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
1130.99.00 - Outras Contribuições de Melhoria	0,00
1130.99.00 - Outras Contribuições de Melhoria	0,00
1200.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00

1230.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	0,00
1230.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00
1230.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00
1230.00.00 - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00
1700.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.483.125,98
1720.00.00 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.483.125,98
1721.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	19.742.142,24
1721.01.00 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	19.709.847,25
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	18.602.235,74
1721.01.03 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	815.696,47
1721.01.04 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	220.166,12
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	71.748,92
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	32.294,99
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	32.294,99
1722.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	5.740.983,74
1722.01.00 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	5.740.983,74
1722.01.01 - Cota-Parte do ICMS	4.828.563,74
1722.01.02 - Cota-Parte do IPVA	804.882,92
1722.01.04 - Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.900,33
1722.01.13 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	19.636,75
1900.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.833,41
1910.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA	9.075,87
1911.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	90,17
1911.35.00 - Multas e Juros da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1911.35.00 - Multas e Juros da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	90,17
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	90,17
1911.39.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1911.39.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	0,00
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	0,00
1911.99.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00

1911.99.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00
1913.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	8.985,70
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.025,22
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.025,22
1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis - ITBI	0,00
1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis - ITBI	0,00
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	190,51
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	190,51
1913.35.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1913.35.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1913.99.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	769,97
1913.99.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	769,97
1930.00.00 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	28.757,54
1931.00.00 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	28.757,54
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	25.395,97
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	25.395,97
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	876,79
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	876,79
1931.35.00 - Receita da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1931.35.00 - Receita da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00
1931.99.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.484,78
1931.99.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.484,78
Total Receitas	27.240.356,33
Deduções das Receitas	Realizada (A)
92 - Restituições	3.840,19
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	3.840,19
Total Deduções	3.840,19
Arrecadação Municipal - Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)	27.236.516,14

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 08/03/2018 16:33:39

Críticas de Seleção: Coordenadoria: 3º Cfm - 3º Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS, Mês Até: Dezembro, Função: 12 - Educação, Subfunção: 122 - Administração Geral, 272 - Previdência do Regime Estatutário, 361 - Ensino Fundamental, 366 - Educação Infantil, 366 - Educação de Jovens e Adultos, 367 - Educação Especial, Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA, 0020 - ENSINO FUNDAMENTAL, 0021 - TRANSPORTE ESCOLAR, 0024 - ENSINO INFANTIL, 0025 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, 0041 - EDUCAÇÃO ESPECIAL, Natureza da Despesa: 3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%), 3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%), 3.1.90.04.99 - Outros, 3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MÍNIMO DE 60%), 3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%), 3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FU., Fontes de Recurso: 101 - Receitas de impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação, Histórico do Empenho: merenda escolar

Relação de Empenhos

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla o valor da Anulação do Empenho.

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)
144	04/01/2016	02.06001003.12.361.0020.2068.3.3.9 0.30.01	LIDER COMBUSTIVEIS LTDA	906,03	6,09	906,03	906,03	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DE MERENDA ESCOLAR PLACA: PUZ-3939 E HLF-1304.									
293	08/01/2016	02.06001003.12.361.0020.2068.3.3.9 0.30.01	LIDER COMBUSTIVEIS LTDA	5.684,15	15.069,85	5.684,15	5.684,15	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DE TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR PLACA: PUZ-3939 E HLF-1304.									
944	29/02/2016	02.06001003.12.361.0020.2068.3.3.9 0.30.37	MUNDIAL MAQUINAS E VEICULOS LTDA -ME	169,16	0,00	169,16	169,16	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO DA MERENDA ESCOLAR FIAT STRADA - PLACA:PUZ-3939.									
953	29/02/2016	02.06001003.12.361.0020.2068.3.3.9 0.30.37	TRANSMIG COMERCIO DE PECAS LTDA-ME	1.264,00	0,00	1.264,00	1.264,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO DO TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR FIAT STRADA - PLACA: PUZ-3939.									
1802	08/04/2016	02.06001003.12.361.0020.2068.3.3.9 0.30.01	LIDER COMBUSTIVEIS LTDA	9.993,00	7.828,68	9.993,00	9.993,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DE TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR PLACA: PUZ-3939 E HLF-1304.									
				Total por Órgão	18.016,34	22.904,62	18.016,34	18.016,34	0,00
				Total	18.016,34	22.904,62	18.016,34	18.016,34	0,00

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla o valor da Anulação do Empenho.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdicionados e não contém quaisquer juizes de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 08/03/2018 16:37:32

Críticas de Seleção: Coordenadoria: 3ª Cfm - 3ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS, Mês Até: Dezembro, Função: 12 - Educação, Subfunção: 122 - Administração Geral, 272 - Previdência do Regime Estatutário, 361 - Ensino Fundamental, 365 - Educação Infantil, 366 - Educação de Jovens e Adultos, 367 - Educação Especial, Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA, 0020 - ENSINO FUNDAMENTAL, 0024 - TRANSPORTE ESCOLAR, 0025 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, 0041 - EDUCAÇÃO ESPECIAL, Natureza da Despesa: 3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%), 3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%), 3.1.90.04.99 - Outros, 3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MINÍMIO DE 60%), 3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%), 3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO F.U., Fontes de Recurso: 101 - Receitas de impostos e de Transferências de impostos Vinculados à Educação, Histórico do Empenho: hospedagem

Relação de Empenhos

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla a valor da Anulação do Empenho.

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho ¹	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)	
220	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.63	JOSE ILVANDO DA SILVA	1.290,00	0,00	1.290,00	1.290,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
1244	08/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.63	JOSE ILVANDO DA SILVA	532,00	532,00	532,00	532,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
1276	08/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.63	JOSE ILVANDO DA SILVA	1.436,40	159,60	1.436,40	1.436,40	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA FUNCIONÁRIOS DURANTE A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
1372	15/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.63	JOSE ILVANDO DA SILVA	1.197,00	1.995,00	1.197,00	1.197,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA FUNCIONÁRIOS NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
1982	15/04/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.63	JOSE ILVANDO DA SILVA	0,00	1.064,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A SERVIÇO DE HOSPEDAGEM PARA FUNCIONÁRIOS A SERVIÇO, NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
				Total por Órgão	4.455,40	4.455,40	4.455,40	4.455,40	0,00	
				Total	4.455,40	4.455,40	4.455,40	0,00	0,00	

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla a valor da Anulação do Empenho.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 08/03/2018 16:41:12

Críticas de Seleção: Coordenadoria: 3ª Cfm - 3ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS, Mês Até: Dezembro, Função: 12 - Educação, Subfunção: 122 - Administração Geral, 272 - Previdência do Regime Estatutário, 361 - Ensino Fundamental, 365 - Educação Infantil, 366 - Educação de Jovens e Adultos, 367 - Educação Especial, Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA, 0020 - ENSINO FUNDAMENTAL, 0021 - TRANSPORTE ESCOLAR, 0024 - ENSINO INFANTIL, 0025 - ERRADICAÇÃO DO ANalfabetismo, 0041 - EDUCAÇÃO ESPECIAL, Natureza da Despesa: 3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%), 3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%), 3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MÍNIMO DE 60%), 3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%), 3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FU., Fontes de Recurso: 101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação, Histórico do Empenho: alimentação

Relação de Empenhos

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla a valor da Anulação do Empenho.

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)	
218	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	FELISBERTO JOSE DE OLIVEIRA	0,00	2.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE BAIXA QUENTE.										
219	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	JOSE ILVANDO DA SILVA	2.460,00	0,00	2.460,00	2.460,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE CRUZINHA.										
221	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	ERILDO XAVIER COSTA - ME	0,00	2.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE LAGOA GRANDE.										
222	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	JULIO CARLOS FERNANDES SOARES	156,00	1.044,00	156,00	156,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DE IMBIRUÇU.										
223	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	MARIA DOS ANJOS COSTA PINTO	0,00	1.267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DE CANSANÇO.										
224	04/01/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	3.228,00	372,00	3.228,00	3.228,00	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DE RIBEIRAO DOS SANTOS.										

Os dados apresentados neste relatório referem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdicionadas e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho ¹	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)
225	04/10/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	SANTA RODRIGUES BARBOSA OLIVEIRA	215,39	1.051,61	215,39	215,39	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DA FOLHA									
1246	08/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	FELISBERTO JOSE DE OLIVEIRA	204,00	1.156,00	204,00	204,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE BAIXA QUENTE.									
1251	08/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	JOSE ILVANDO DA SILVA	1.904,00	136,00	1.904,00	1.904,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE CRUZINHA									
1285	09/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	1.808,80	95,20	1.808,80	1.808,80	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DE RIBEIRÃO DOS SANTOS									
2367	03/05/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	JOSE ILVANDO DA SILVA	244,80	707,20	244,80	244,80	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE CRUZINHA									
3077	16/06/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	1.115,20	0,00	1.115,20	1.115,20	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
5183	21/10/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	408,00	0,00	408,00	408,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NA COM. DE RIBEIRÃO DOS SANTOS.									
5370	07/11/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	SANTA RODRIGUES BARBOSA OLIVEIRA	114,00	0,00	114,00	114,00	0,00	0,00
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DA FOLHA									
				Total por Órgão	11.858,19	10.755,01	11.858,19	0,00	0,00
				Total	11.858,19	11.858,19	11.858,19	0,00	0,00

¹ A coluna Valor Empenhado (A) já contempla o valor da Anulação do Empenho.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2016

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 08/03/2018 16:53:04

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 3ª Cfm - 3ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Jequitinhonha / Mucuri, Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS, Mês Até: Dezembro, Função: 12 - Educação, Subfunção: 122 - Administração Geral, 272 - Previdência do Regime Estatutário, 361 - Ensino Fundamental, 365 - Educação Infantil, 368 - Educação de Jovens e Adultos, 367 - Educação Especial, Programa: 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA, 0020 - ENSINO FUNDAMENTAL, 0021 - TRANSPORTE ESCOLAR, 0024 - ENSINO INFANTIL, 0025 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, 0041 - EDUCAÇÃO ESPECIAL, Natureza da Despesa: 3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%), 3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%), 3.1.90.04.99 - Outros, 3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MINÍMIMO DE 60%), 3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%), 3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FU., Fontes de Recurso: 101 - Receitas de impostos e de Transferências de impostos Vinculados à Educação, Histórico do Empenho: refeição

Relação de Empenhos

* A coluna Valor Empenhado (A) já contempla a valor da Anulação do Empenho.

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

Nº do Empenho	Data do Empenho	Classificação da Despesa	Credor	Valor Empenhado (A)	Valor Anulado do Empenho ¹	Valor Liquidado (B)	Valor Pago (C)	Outras Baixas (D)	Saldo a Pagar (A - C - D)	
1448	28/03/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.39.27	JULIO CARLOS FERNANDES SOARES	557,60	802,40	557,60	557,60	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NA COMUNIDADE DE IMBIRUÇU.										
3466	07/07/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	503,20	108,80	503,20	503,20	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DOS SANTOS.										
4126	15/08/2016	02.06001001.12.122.0002.2051.3.3.9 0.36.20	VIRGINIA FREIRE DE SOUSA	1.142,40	81,60	1.142,40	1.142,40	0,00	0,00	
Histórico do Empenho: EMPENHO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DOS SANTOS.										
Total por Órgão				2.203,20	992,80	2.203,20	2.203,20	0,00	0,00	
Total				2.203,20	992,80	2.203,20	2.203,20	0,00	0,00	

¹ A coluna Valor Empenhado (A) já contempla a valor da Anulação do Empenho.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdiccionadas e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Prestação de Contas do Exercício de 2016.

Em cumprimento ao que dispõe a Legislação em vigor, em especial o art. 74 da Constituição Federal, o art. 59 da Lei Complementar 101/2000, e as normas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Órgão de Controle Interno vem apresentar a seguir relatório sobre os principais aspectos da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa do Poder Executivo.

O relatório a seguir vem sintetizar os diversos levantamentos e verificações realizadas durante o exercício de 2016, sendo que este deverá compor a Prestação de Contas anual, e também ficar à disposição da população e dos órgãos de fiscalização, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprimento do princípio constitucional da Transparência na Administração Pública.

Da Metodologia

O Órgão de Controle Interno desta Prefeitura utilizou no desenvolvimento de suas atividades, a legislação federal, estadual e municipal, que ditam as normas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial na administração pública e ainda as instruções e pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O relatório apresentado, em cumprimento ao disposto no Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, contém como metas principais a avaliação quanto aos seguintes aspectos:

- 1) cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;*
- 2) resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;*
- 3) observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;*
- 4) aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;*
- 5) destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;*

- 6) observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;
- 7) aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;
- 8) medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;
- 9) termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento; e
- 10) cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

No caso de o município possuir regime próprio de previdência social (RPPS), o relatório conterá, além dos itens retro especificados:

- 11) montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias;
- 12) detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS;
- 13) procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas; e
- 14) informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos";

Na realização dos trabalhos, o Órgão de Controle Interno desta Prefeitura acompanhou constantemente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, tendo disciplinado algumas rotinas mediante a edição de Instruções Normativas, além de ter emitido opiniões e exarado pareceres sobre diversos acontecimentos rotineiros.

As informações constantes do Relatório apresentado a seguir tomaram por base os diversos documentos colocados à sua disposição para análise, como a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2016, os balancetes mensais e notas de empenho acompanhados dos comprovantes de despesas. Enfim, toda a documentação que faz parte da execução orçamentária, financeira e patrimonial que se encontram no arquivo da prefeitura municipal.

1 - Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

1.1 - Metas Previstas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A seguir são demonstradas as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, comparadas com as metas realizadas no exercício:

RECEITA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	60.491.000,00	51.907.300,23	8.583.699,77
RECEITAS DE CAPITAL	6.604.000,00	1.848.349,17	4.755.650,83
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-0,00	-0,00	0,00
Aplicação Financeira(-)	900.000,00	652.489,80	247.510,20
Receita de Operações de Crédito(-)	291.000,00	511.854,47	-220.854,47
Receita de Alienação de Bens(-)	67.000,00	-0,00	67.000,00
receitas redutoras(-)	5.718.000,00	5.660.037,57	57.962,43
Total	60.119.000,00	46.931.267,56	13.187.732,44

DESPESA

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
DESPESAS CORRENTES	51.415.000,00	43.604.070,12	7.810.929,88
DESPESAS DE CAPITAL	9.562.000,00	3.437.868,81	6.124.131,19
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-0,00	-0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	-0,00	400.000,00
Juros e Encargos da Dívida(-)	60.000,00	234.076,95	-174.076,95
Amortização da Dívida(-)	1.100.000,00	1.070.131,76	29.868,24
Total	60.217.000,00	45.737.730,22	14.479.269,78

RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Primário	-98.000,00	1.193.537,34	-1.291.537,34

RESULTADO NOMINAL

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	DIFERENÇA
Resultado Nominal	250.000,00	-197.975,03	-447.975,03

1.2 – Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual

Na execução orçamentária, foram acompanhadas as metas constantes do Plano Plurianual elaborado para o Quadriênio 2014/2017, sendo apurado a seguinte aplicação:

COD	PROGRAMA/AÇÕES	PROJETOS	ATIVIDADES
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	1.073.372,03	1.545.458,90
0001	ATUAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	53.659,00	1.662.249,23
0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA	41.933,97	5.993.237,25
0003	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	0,00	135.662,06
0004	MELHORIA DA ARRECADAÇÃO	57,00	58.720,72
0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	225,00	1.602.896,38
0006	CONTROLE INTERNO DA GESTÃO MUNICIPAL	0,00	53.734,45
0007	MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	46.811,71
0008	GESTÃO DO SUAS	11.582,00	230.032,11
0009	EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	0,00	645.768,91
0010	CIDADE SORRINDO	19.776,00	979.067,44
0011	EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	0,00	300.439,54
0012	APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
0013	ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMUNITÁRIA COMUNITÁRIA	1.280,00	175.890,58
0014	ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	529.686,86	4.956.865,55
0015	GESTÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	51.890,00	4.023.119,47
0016	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	138.294,72
0017	VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	526.922,66
0018	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	250,00	0,00
0019	ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0,00	452.049,58
0020	ENSINO FUNDAMENTAL	4.241,00	7.824.830,67
0021	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	4.008.123,53
0023	ENSINO SUPERIOR	0,00	2.012,00
0024	ENSINO INFANTIL	2.079,00	2.418.215,51
0025	ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	0,00	92.623,05
0026	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL	0,00	539.567,58
0028	LIMPEZA PÚBLICA	0,00	1.168.382,24
0029	SERVIÇOS FUNERÁRIOS MUNICIPAIS	0,00	47.870,76
0030	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	415.953,64
0031	INFRAESTRUTURA URBANA	901.770,34	760.012,96
0032	SANEAMENTO BÁSICO	351.552,61	253.396,88
0033	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	0,00	0,00
0034	GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	0,00	2.642,10
0035	AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL	392.904,00	669.632,94
0036	AÇÕES DE COMUNICAÇÃO	0,00	12.866,03
0037	TRANSPORTE E TRÂNSITO	1.610,00	1.394.125,55
0038	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	67.947,53
0039	PROMOÇÃO AO ESPORTE E AO LAZER	0,00	238.317,14
0040	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONÔMICO	0,00	0,00
0041	EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	160.328,75
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
	TOTAL	3.437.868,81	43.604.070,12

2 - Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

2.1 – Gestão Orçamentária

A execução do orçamento do Município de Minas Novas no exercício de 2016 obedeceu ao seguinte:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	60.491.000,00	51.907.300,23	8.583.699,77
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	2.083.000,00	1.684.913,79	398.086,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.000,00	0,00	11.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	948.000,00	652.489,80	295.510,20
RECEITAS DE SERVIÇOS	808.000,00	183.203,10	624.796,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.860.000,00	49.258.383,54	6.601.616,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	781.000,00	128.310,00	652.690,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.604.000,00	1.848.349,17	4.755.650,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	291.000,00	511.854,47	-220.854,47
ALIENAÇÃO DE BENS	67.000,00	0,00	67.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.246.000,00	1.336.494,70	4.909.505,30
DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.718.000,00	-5.660.037,57	-57.962,43
DEDUÇÕES FUNDEB	-5.718.000,00	-5.660.037,57	-57.962,43
Soma	61.377.000,00	48.095.611,83	13.281.388,17
Déficit	1.152.883,15	0,00	1.152.883,15
Total	62.529.883,15	48.095.611,83	14.434.271,32

DESPESAS	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
Créditos Orçamentários e Suplementares	62.529.883,15	47.041.938,93	15.487.944,22
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	62.529.883,15	47.041.938,93	15.487.944,22
Superávit	0,00	1.053.672,90	-1.053.672,90
Total	62.529.883,15	48.095.611,83	14.434.271,32

Na lei orçamentária nº 2024 para o exercício de 2016 foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 1%, perfazendo um montante de R\$ 613.770,00, não sendo suficientes foram autorizados créditos adicionais suplementares pelas Leis, 2035, 2040, 2041, 2048, 20,49, 2052, 2053, 2055, 2056, 2058, 2059, 2061, 2062, 2063, 2064, 2066, conforme quadro a seguir, obedecendo os limites autorizados pelo Legislativo.

Lei Autorizativa	Valor Autorizado	Valor Suplementado
2024 Lei Orçamentaria	613.770,00	611.811,36
2035	23.315,42	23.315,42
2040	370.000,00	370.000,00
2041	1.114.300,00	1.114.300,00
2048	100.000,00	100.000,00
2049	127.500,00	0,00
2052	1.273.000,00	1.273.000,00
2053	108.000,00	108.000,00
2055	264.910,00	264.910,00
2056	59.000,00	59.000,00
2058	142.364,55	142.364,55
2059	201.000,00	201.000,00
2061	500.200,00	416.200,00
2062	745.608,60	745.608,60
2063	340.000,00	340.000,00
2064	2.149.012,00	2.148.512,00
2066	91.660,00	91.660,00
Total	8.223.640,57	8.009.681,93

Sendo que na execução orçamentária foram suplementadas dotações no valor de R\$ 8.009.681,93, perfazendo o percentual de 13,05% da receita Orçamentária prevista, estando dentro do limite autorizado pelo Poder Legislativo.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A demonstração do resultado orçamentário é obtida pela divisão do valor da receita arrecadada pela despesa realizada. Efetuada a divisão, encontramos o resultado 1,02, sendo que se este resultado é maior que "1" indica que houve um superávit orçamentário.

2.2 – Gestão Financeira

A execução financeira do Município no exercício de 2016, obedeceu ao seguinte:

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Receita Orçamentária	8.433.494,46	48.095.611,83
Transferências Financeiras Recebidas	161.491,76	1.896.507,24
Recebimentos Extra Orçamentários	2.332.064,74	5.017.626,96
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	7.014.155,12	6.609.836,91
Total	17.941.206,08	61.619.582,94

TÍTULOS	NO MÊS	NO ANO
Despesa Orçamentária	10.330.902,08	47.041.938,93
Transferências Financeiras Concedidas	161.491,76	1.896.507,24
Pagamentos Extra Orçamentários	790.260,95	6.022.585,48
Saldo em Espécie para o Exercício seguinte	6.658.551,29	6.658.551,29
Total	17.941.206,08	61.619.582,94

Os balancetes mensais de receita e despesa conferem com o Balanço Financeiro, conforme demonstrado a seguir:

Mês	Saldo Anterior	Receita Orçamentária	Receita Extra	Despesa Orçamentária	Despesa Extra	Saldo Apurado
JANEIRO	6.609.836,91	3.937.659,33	200.292,36	515.079,06	639.258,77	9.593.450,77
FEVEREIRO	9.593.450,77	3.555.371,82	396.685,20	2.706.872,73	1.135.925,09	9.702.709,97
MARÇO	9.702.709,97	2.979.798,09	420.028,60	3.225.346,25	481.800,62	9.395.389,79
ABRIL	9.395.389,79	3.188.670,10	670.602,98	5.805.655,93	691.548,59	6.757.458,35
MAIO	6.757.458,35	4.092.934,37	231.800,00	1.598.979,46	773.776,34	8.709.436,92
JUNHO	8.709.436,92	3.851.222,21	444.819,78	3.940.834,48	702.035,01	8.362.609,42
JULHO	8.362.609,42	3.892.981,53	450.010,23	3.929.467,53	503.075,11	8.273.058,54
AGOSTO	8.273.058,54	3.015.207,95	449.908,32	3.469.605,81	697.161,09	7.571.407,91
SETEMBRO	7.571.407,91	3.388.623,17	446.701,71	4.023.237,56	615.054,45	6.768.440,78
OUTUBRO	6.768.440,78	3.304.527,82	444.843,60	3.900.120,08	464.192,56	6.153.499,56
NOVEMBRO	6.153.499,56	4.455.120,98	426.376,68	3.595.837,96	425.004,14	7.014.155,12
DEZEMBRO	7.014.155,12	8.433.494,46	2.332.064,74	10.330.902,08	790.260,95	6.658.551,29
Total		48.095.611,83	6.914.134,20	47.041.938,93	7.919.092,72	

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA NOS EXERCÍCIOS – 2014, 2015, 2016

Receitas	2014		2015			2016		
	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CORRENTE	45.286.383,72	104,10	46.242.993,75	2,11	102,68	51.907.300,23	12,25	107,93
IPTU	161.630,84	0,37	173.885,58	7,58	0,39	160.509,87	-7,69	0,33

transf. IRRF	582.807,29	1,34	492.177,74	-15,55	1,09	533.772,50	8,45	1,11
ITBI	207.186,61	0,48	243.808,83	17,68	0,54	95.507,65	-60,83	0,20
ISSQN	638.670,99	1,47	645.263,39	1,03	1,43	746.704,91	15,72	1,55
trib. Taxas	117.700,47	0,27	164.261,40	39,56	0,36	148.418,86	-9,64	0,31
trib. Cont. Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rec. Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rec. Aplicações financeiras	645.420,29	1,48	730.285,48	13,15	1,62	652.489,80	-10,65	1,36
outras Receitas	2.847,21	0,01	3.548,16	24,62	0,01	0,00	-100,00	0,00
rec. Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rec. Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rec. Serviços	139.253,20	0,32	192.130,65	37,97	0,43	183.203,10	-4,65	0,38
cota Parte FPM	18.515.685,53	42,56	18.602.235,74	0,47	41,31	21.296.986,30	14,49	44,28
cota Parte ICMS	5.055.600,20	11,62	4.828.563,74	-4,49	10,72	5.978.226,14	23,81	12,43
cota Parte IPVA	648.583,65	1,49	804.882,92	24,10	1,79	911.317,98	13,22	1,89
cota Parte IPI	92.332,38	0,21	87.900,33	-4,80	0,20	74.015,64	-15,80	0,15
transf. Fundef	7.250.920,79	16,67	7.382.989,25	1,82	16,39	8.088.753,32	9,56	16,82
convênios	2.481.971,57	5,71	3.229.528,89	30,12	7,17	121.875,00	-96,23	0,25
outras Transf.	8.410.360,89	19,33	8.298.458,84	-1,33	18,43	12.787.209,16	54,09	26,59
outras Rec. Correntes	335.411,81	0,77	363.072,81	8,25	0,81	128.310,00	-64,66	0,27
CAPITAL	3.081.098,53	7,08	3.681.709,11	19,49	8,18	1.848.349,17	-49,80	3,84
rec. Outras Operações Crédito	238.351,75	0,55	2.745.659,11	1.051,94	6,10	511.854,47	-81,36	1,06
rec. Alienação	12.070,00	0,03	390.800,00	3.137,78	0,87	0,00	-100,00	0,00
rec Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
rec. Convênios	2.111.969,80	4,85	536.250,00	-74,61	1,19	1.011.054,81	88,54	2,10
rec. Transf. Capital	718.706,98	1,65	9.000,00	-98,75	0,02	325.439,89	3.516,00	0,68
outras Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Cor. Intra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Contrib. Intra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
deducao Receita	-4.866.116,78	-11,19	-4.889.363,65	0,48	-10,86	-5.660.037,57	15,76	-11,77
TOTAL	43.501.365,47	100,00	45.035.339,21	3,53	100,00	48.095.611,83	6,80	100,00

**COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA POR NATUREZA NOS EXERCÍCIOS
DE 2014/2015/2016**

Despesas CONTAS	2014		2015			2016		
	Realizado	AV %	Realizado	AH %	AV %	Realizado	AH %	AV %
CORRENTE	38.660.226,87	85,16	39.753.787,29	2,83	85,82	43.604.070,12	9,69	92,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.530.566,89	51,83	24.280.108,71	3,19	52,42	27.848.192,62	14,70	59,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	136.729,38	100,00	0,30	234.076,95	71,20	0,50
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.129.659,98	33,33	15.336.949,20	1,37	33,11	15.521.800,55	1,21	33,00
CAPITAL	6.735.608,55	14,84	6.567.278,96	-2,50	14,18	3.437.868,81	-47,65	7,31
INVESTIMENTOS	6.460.630,77	14,23	5.940.822,81	-8,05	12,83	2.367.737,05	-60,14	5,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	274.977,78	0,61	626.456,15	127,82	1,35	1.070.131,76	70,82	2,27
DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	45.395.835,42	100,00	46.321.066,25	2,04	100,00	47.041.938,93	1,56	100,00

2.3 – Gestão Patrimonial

ANÁLISES HORIZONTAL E VERTICAL

DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS 2015 E 2016

Discriminação	Balço2015	A V	Balço2016	A.H	A.V
ATIVO	41.511.034,67	100,00	46.095.504,35	11,04	100,00
Ativo Circulante	6.736.899,23	16,23	6.658.580,45	-1,16	14,45
Ativo não Circulante	34.774.135,44	83,77	39.436.923,90	13,41	85,55
PASSIVO	6.334.886,73	100,00	6.208.139,57	-2,00	100,00
Passivo Circulante	1.247.554,48	19,69	1.679.084,61	34,59	27,05
Passivo não Circulante	5.087.332,25	80,31	4.529.054,96	-10,97	72,95
SALDO PATRIMONIAL	35.176.147,94	100,00	39.887.364,78	13,39	100,00

3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

3.1 – Análise dos Limites Para Inscrição de Despesas em Restos a Pagar

A seguir são analisadas as disponibilidades financeiras, e também se houve a observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício”.

O dispositivo legal preocupou-se diretamente com as despesas geradas nos últimos oito meses de mandato. Porém, todas as despesas compromissadas até o final do exercício, incluindo os Restos a Pagar de exercícios anteriores, além dos saldos de depósitos e outras operações constantes do passivo financeiro do ente, devem ser computadas no cálculo da disponibilidade de caixa de que trata o parágrafo único deste artigo.

3.1.1 – Demonstrativo das disponibilidades financeiras e dos valores inscritos em restos a pagar.

Órgão 1 - PODER LEGISLATIVO

a - Saldo em Disponibilidade

Caixa	297,99
Bancos	5.081,36
Vinculado	0,00
Soma	5.379,35
(-) Valores a Pagar exceto Restos a Pagar Inscritos	163.505,06
Saldo Líquido das Disponibilidades	-158.125,71

b – Restos a Pagar Inscritos

Processados	0,00
Não Processados	2.290,25
Soma	2.290,25
Restos a Pagar Inscritos Sem Disponibilidade	2.290,25

Órgão 2 - PODER EXECUTIVO

a - Saldo em Disponibilidade

Caixa	0,00
Bancos	986.592,87
Vinculado	5.666.579,07
Soma	6.653.171,94
(-) Valores a Pagar exceto Restos a Pagar Inscritos	414.897,41
Saldo Líquido das Disponibilidades	6.238.274,53

b – Restos a Pagar Inscritos

Processados	1.100.682,14
Não Processados	446.572,14
Soma	1.547.254,28
Restos a Pagar Inscritos Sem Disponibilidade	0,00

3.2 – Das despesas com Pessoal do Município

A seguir é demonstrado o valor gasto com o pagamento de pessoal do Município de Minas Novas em atendimento a Lei Complementar 101/2000.

A - Despesa Com Pessoal do Executivo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	562.061,60	
Pensões do RPPS e do Militar	254.033,27	
Contratação Por Tempo Determinado	9.436.795,85	
Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	11.298.265,95	
Obrigações Patronais	4.917.892,18	
Sentenças Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.731,85	
SubTotal	26.471.780,70	
Inativos e Pensionistas	816.094,87	
Exclusões	2.731,85	
TOTAL DA DESPESA(A)	25.652.953,98	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	46.247.262,66	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	55,47
Permitido Pela Lei 101/00	24.973.521,84	54,00

B - Despesa Com Pessoal do Legislativo

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	
Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	1.141.094,54	
Obrigações Patronais	234.349,38	
Sentenças Judiciais	0,00	
SubTotal	1.375.443,92	
Inativos e Pensionistas	0,00	
Exclusões	0,00	
TOTAL DA DESPESA(A)	1.375.443,92	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	46.247.262,66	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	2,97
Permitido Pela Lei 101/00	2.774.835,76	6,00

C - Despesa Total Com Pessoal do Município

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%
Aposentadorias, Res. Rem. e Reformas	562.061,60	
Pensões do RPPS e do Militar	254.033,27	
Contratação Por Tempo Determinado	9.436.795,85	
Venc. e Vant. Fixas Pes. Civil	12.439.360,49	
Obrigações Patronais	5.152.241,56	
Sentenças Judiciais	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	2.731,85	
SubTotal	27.847.224,62	
Inativos e Pensionistas	816.094,87	

Exclusões	2.731,85	
TOTAL DA DESPESA(A)	27.028.397,90	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(B)	46.247.262,66	
APLICADO COM PESSOAL	(A/B)	58,44
Permitido Pela Lei 101/00	27.748.357,60	60,00

4 - aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;

4.1 – Gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

No acompanhamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, chegando à seguinte demonstração:

Recursos da Educação	VALOR	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.867.836,57	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.104,14	
IMPOSTOS	1.536.494,93	
Total	31.452.435,64	
APLICAÇÃO NO ENSINO(25%)	9.045.284,20	28,76
ADMINISTRAÇÃO GERAL	561.576,91	
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	65.622,40	
ENSINO FUNDAMENTAL	2.277.444,01	
EDUCAÇÃO INFANTIL	340.397,18	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	92.623,05	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	26.508,59	
SubTotal	3.364.172,14	
Resto a Pagar inscritos sem disponibilidade de caixa	-0,00	
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem Disponibilidade de Caixa Pagos no Exercício Atual	21.074,49	
Contribuição ao FUNDEB - art 1º(Lei nº 4924/96)	5.660.037,57	
Total Aplicado	9.045.284,20	

4.2 – Recursos do FUNDEB

A seguir são demonstrados os valores recebidos e gastos à conta do FUNDEB, durante o exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Valores Recebidos à conta do FUNDEB, inclusive Aplicação Financeira	8.166.312,76
Valor Mínimo para Gasto com Profissional do Magistério 60%	4.899.787,66
Valor Efetivamente Aplicado com o Pagamento de Pessoal Magistério	7.412.854,52
Percentual Aplicado com o Pagamento Pessoal Magistério	90,77

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

Discriminação	Valor
Saldo da Conta FUNDEB em 31/12/2015	23.931,33
Receitas do FUNDEB em 2016, inclusive Aplicação Financeira	8.142.381,43
Valor a Aplicar com Recursos do FUNDEB	8.166.312,76
Despesas Pagas à conta do FUNDEB	8.117.992,66
Despesas Pagas com Recursos Próprio	3.659,05
Saldo da Conta FUNDEB p/ Aplicação em 2017	51.979,15

4.3 – Gastos com as ações de saúde

No acompanhamento dos gastos com as ações de saúde, o Órgão de Controle Interno verificou os comprovantes de receita e ainda os de despesas, apurando a seguinte situação:

Recursos da Saúde	VALOR	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.354.987,19	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.104,14	
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.536.494,93	
Total	29.939.586,26	
APLICAÇÃO NA SAÚDE(15%)	5.451.596,99	18,21
ADMINISTRAÇÃO GERAL	464.192,84	
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	864.459,76	
ATENÇÃO BÁSICA	996.323,40	
ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.841.245,39	
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	115.921,04	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	100.148,98	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	182.431,42	
SubTotal	5.564.722,83	

Resto a Pagar inscritos sem disponibilidade de caixa	-163.212,63	
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem Disponibilidade de Caixa Pagos no Exercício Atual	50.086,79	
Total Aplicado	5.451.596,99	

Não houve valor residual do exercício de 2015 de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 para aplicação no exercício de 2016.

5 - Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

A seguir são demonstradas as aplicações de receitas auferidas com a alienação de ativos do Município:

RECEITA ARRECADADA

Discriminação	Valor
Total-Não houve movimento	0,00

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Quantidade	Discriminação	Valor
Total	Não Houve movimento	0,00

6 - Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

Analisando o valor dos repasses efetuados ao Poder Legislativo no exercício de 2016, chegou-se a seguinte conclusão:

Cálculo do Limite Legal

Discriminação da Receita Base de Cálculo	Valor em 2015
Receita tributária(a)	1.719.396,94
Transferência Constitucional(b)	25.459.649,04
Outras Receitas(c)	57.470,16
Total(e=a+b+c)	27.236.516,14
Percentual Conferido à população(f)	7,00
Limite(g=e*f/100)	1.906.556,13

Duodécimo Mensal(h=g/12)	158.042,27
--------------------------	------------

Demonstração do Repasse Efetivamente Realizado

Mês	Valor Repasse	Devolução	Repasse Efetivo
Janeiro	157.728,68	0,00	157.728,68
Fevereiro	157.728,68	0,00	157.728,68
Março	157.728,68	0,00	157.728,68
Abril	157.728,68	0,00	157.728,68
Mai	157.728,68	0,00	157.728,68
Junho	157.728,68	0,00	157.728,68
Julho	157.728,68	0,00	157.728,68
Agosto	157.728,68	0,00	157.728,68
Setembro	157.728,68	0,00	157.728,68
Outubro	157.728,68	0,00	157.728,68
Novembro	157.728,68	0,00	157.728,68
Dezembro	161.491,76	0,00	161.491,76
Total	1.896.507,24	0,00	1.896.507,24

Diante do demonstrado acima, pode-se verificar que os repasses ao Poder Legislativo durante o exercício de 2016 obedeceram aos limites determinados pela Emenda Constitucional nº 25/2000.

7 - Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

As transferências de recursos públicos para as entidades de direito privado aconteceram mediante autorização em leis específicas além de atender aos critérios definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As entidades também fizeram as devidas prestações de contas, demonstrando a regular aplicação dos recursos públicos recebidos.

8 - Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado;

O Órgão Central de Controle Interno informa que foram editadas Instruções Normativas para que o setor de Patrimônio da Prefeitura melhorasse os controles

dos bens patrimoniais, inclusive com a edição de termos de responsabilidade sobre esses mesmos bens assinados pelos responsáveis pela sua utilização.

Também informa que no exercício de 2016 não foi registrado a ocorrência de qualquer ato ilícito que viesse a prejudicar o patrimônio público municipal.

9 – Termos de parcerias firmadas e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento.

O Órgão Central de controle Interno informa que o município não firmou nenhum termo de parceria público privada no exercício de 2016

O município participa do consórcio público CISNORJE - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA MARCO NORDETE E JEQUITINHONHA., inscrito no CNPJ (13.220.150/0001-52), que foi instituído pela Lei Municipal de nº53.

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Total da Despesa	Total Transferido Consórcio	% Aplicação
47.041.938,93	56.354,64	0,12%

10 - Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

O município cumpriu com o prazo de envio dos “Instrumentos de planejamento”, e os enviou na data prevista pela Instrução Normativa 10/2011 expedida pelo egrégio TCE/MG.

Com relação ao módulo “Acompanhamento Mensal” apesar da dificuldade enfrentada, o município cumpriu com os prazos de envio.

O módulo Acompanhamento Mensal, é bastante complexo, tem muita informação, e a maior dificuldade enfrentada, é o fato do SICOM não disponibilizar

relatórios completos dos dados enviados para conferência com os dados constantes no sistema informatizado utilizado pelo município. Isso acabou por ocasionar muito reenvio de informações quando detectada inconsistência em algum dado enviado.

No entanto, apesar da dificuldade inicial, a Prefeitura Municipal enviou os dados satisfatoriamente, como pode ser analisado. Todas as remessas continham todos os dados relativos a execução orçamentária e financeira, e as substituições efetuadas foram apenas para fazer pequenas alterações relativas a campos enviados incorretamente ou não enviados em virtude da dificuldade enfrentada para saber como esses dados estavam chegando aos servidores do TCE/MG.

CONCLUSÃO

Diante das informações demonstradas acima, o Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Minas Novas, exara seu parecer final pela aprovação das contas, porque entende que os trabalhos desenvolvidos obedeceram à legislação aplicada à matéria e ainda as Instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Também este órgão afirma que as informações aqui demonstradas são fidedignas e representam a real situação da execução orçamentária, financeira e patrimonial do município de Minas Novas no exercício de 2016.

É o que tinha a relatar. S.m.j.

Prefeitura Municipal de Minas Novas, 01 de Março de 2017.

Órgão de Controle Interno
EDEN LEONARDO COSTA CAMARGOS SENA
Responsável Controle Interno
CPF n.º 986.034.266-00

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2017

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração do Relatório: 19/03/2018 09:15:36

Critérios de seleção: Poder: Executivo, Mês: Abril

Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo

Art. 55, inciso I, alínea "a" da LRF

Despesa Total com Pessoal	Valor
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.293.560,79
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	25.293.560,79
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	552.617,00
3.1.90.01.01 - Aposentadorias Custeadas com Recursos do RPPS	386.560,80
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	166.056,20
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	254.549,87
3.1.90.03.01 - Pensões Custeadas com Recursos do RPPS	176.048,91
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	78.500,96
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	8.390.595,15
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.985.503,11
3.1.90.04.99 - Outros	6.405.092,04
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.359.308,17
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	4.149.510,64
3.1.90.11.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: até 40%)	196.185,33
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	5.624.308,04
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	700.354,61
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	156.000,00
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	78.000,00
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	454.949,55
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.733.758,75
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	3.240.793,22
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	1.446.665,81
3.1.90.13.05 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (até 40%)	46.299,72
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.731,85
3.1.90.92.01 - Despesas de Exercícios Anteriores de Pessoal Ativo	1.672,44
3.1.90.92.02 - Despesas de Exercícios Anteriores de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS	1.059,41
Total da Despesa com Pessoal	25.293.560,79

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Valor
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio ¹	562.609,71
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	244.557,16
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente a contabilidade transmitida nas certezas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer ajustes de valor expedidos pelo TCEMG.

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Valor
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	2.731,85
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00
Total das Exclusões	809.898,72
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	24.483.662,07

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Executivo	
	Valor	% Sobre a RCL
Receita Corrente Líquida - RCL	47.079.870,88	
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.483.662,07	52,00 %
Limite 90% (Art. 59, inciso II do §1º, da LRF)	22.880.817,25	48,60 %
Limite Prudencial 95,00% (Art. 22 parágrafo único, da LRF)	24.151.973,76	51,30 %
Limite Legal (I) (Art. 20, Incisos, I, II, III, da LRF)	25.423.130,28	54,00 %
Excesso a regularizar	0,00	0,00 %

O cálculo deste campo é composto do somatório dos valores dos seguintes campos, quando houver: 3.1.90.01.01 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS + 3.1.90.03.01 - PENSÕES CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS + 3.1.90.05.01 - Outros Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo + 3.1.90.05.02 - Outros Benefícios Previdenciários de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS.

Município: 3141801 - Minas Novas

Exercício: 2017

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração do Relatório: 19/03/2018 09:15:58

Critérios de seleção: Poder: Executivo, Mês: Agosto

Relatório de Gestão Fiscal Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo

Art. 55, inciso I, alínea "a" da LRF

Despesa Total com Pessoal	Valor
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.363.998,25
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	24.363.998,25
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	549.871,66
3.1.90.01.01 - Aposentadorias Custeadas com Recursos do RPPS	214.756,00
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	335.115,66
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	255.087,48
3.1.90.03.01 - Pensões Custeadas com Recursos do RPPS	97.804,95
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	157.282,53
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	7.227.103,07
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.994.573,44
3.1.90.04.99 - Outros	5.232.529,63
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.678.125,49
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	4.151.606,09
3.1.90.11.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: até 40%)	64.968,00
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	5.997.377,65
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	729.090,35
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	156.000,00
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	78.000,00
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	501.083,40
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.615.572,27
3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	3.159.402,11
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	1.440.837,72
3.1.90.13.05 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (até 40%)	15.332,44
3.1.90.91.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	31.383,62
3.1.90.91.01 - Sentenças Judiciais de Pessoal Ativo	31.383,62
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.854,66
3.1.90.92.01 - Despesas de Exercícios Anteriores de Pessoal Ativo	6.854,66
Total da Despesa com Pessoal	24.363.998,25

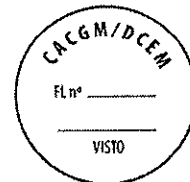
Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Valor
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio ¹	312.560,95
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	492.398,19
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos municípios e não contém quaisquer ajustes de valor esperados pelo TCEMG.

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Valor
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	1.672,44
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00
Total das Exclusões	806.631,58
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	23.557.366,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Executivo	
	Valor	% Sobre a RCL
Receita Corrente Líquida - RCL	47.849.178,72	
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.557.366,67	49,23 %
Limite 90% (Art. 59, inciso II do §1º, da LRF)	23.254.700,86	48,60 %
Limite Prudencial 95,00% (Art. 22 parágrafo único, da LRF)	24.546.628,68	51,30 %
Limite Legal (I) (Art. 20, Incisos, I, II, III, da LRF)	25.838.556,51	54,00 %
Valor a regularizar	0,00	0,00 %

¹ = O cálculo deste campo é composto do somatório dos valores dos seguintes campos, quando houver: 3.1.90.01.01 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS + 3.1.90.03.01 - PENSÕES CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS + 3.1.90.05.01 - Outros Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo + 3.1.90.05.02 - Outros Benefícios Previdenciários de Inativos e Pensionistas Custeadas com Recursos do RPPS.



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art.180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 04/2016.

Prefeito(s)

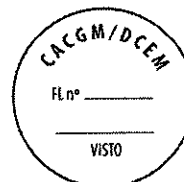
Nome	Período	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
GILBERTO GOMES DE SOUSA	01/01/16 até 31/12/16	039.985.326-09	MANOEL COSTA,CENTRO - 39.650-000	11182478 - SSPMG	gil.gsousa@yahoo.com.br	(0033)3764-2153

Responsáveis pela Contabilidade

Nome	Período	CPF	Endereço	CRC	Email	Telefone
EDER CORDEIRO SANTOS	01/01/16 até 31/12/16	054.147.856-78	NOVE DE MARCO,CENTRO - 39.650-000	105.099	cordeiro_eder@yahoo.com.br	(0033)9115-3772

Responsáveis pelo Controle Interno

Nome	Período	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
EDEN LEONARDO COSTA CAMARGOS SENA	01/01/16 até 31/12/16	986.034.266-00	BERILO,SAUDA DE - 39.650-000	M-7890600 - SSPMG	leonardocsena@hotmail.com	(0033)3764-1465



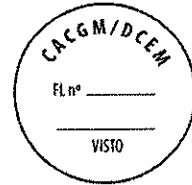
Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2016 foi aprovada sob o nº 2024

Receita e Despesa Orçada: 61.377.000,00



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

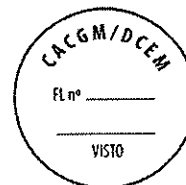
2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

	Descrição	Nº da Lei	Data da Lei	Percentual Autorizado	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
	Lei Orçamentária Anual	2024	23/11/2015	1,00	613.770,00	611.811,36	
Total autorizado na LOA					613.770,00	611.811,36	0,00



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Outras Leis autorizativas para Abertura de Créditos Suplementares					
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2035	14/03/2016	23.315,42	23.315,42	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2040	09/05/2016	370.000,00	370.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2041	09/05/2016	1.114.300,00	1.114.300,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2048	09/08/2016	100.000,00	100.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2049	09/08/2016	127.500,00	0,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2052	24/08/2016	1.273.000,00	1.273.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2053	08/09/2016	108.000,00	108.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2055	08/09/2016	264.910,00	264.910,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2056	08/09/2016	59.000,00	59.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2058	11/10/2016	142.364,55	142.364,55	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2059	11/10/2016	201.000,00	201.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2061	24/10/2016	500.200,00	416.200,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2062	24/10/2016	745.608,60	745.608,60	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2063	18/11/2016	340.000,00	340.000,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2064	18/11/2016	2.149.012,00	2.148.512,00	0,00
Lei Autorizativa de Crédito Suplementar	2066	20/12/2016	91.660,00	91.660,00	0,00
Créditos Suplementares Irregulares					0,00



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	6.856.798,78
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	1.152.883,15
Total Aberto por Origem	8.009.681,93

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Nº da Lei	Data	Valor Autorizado (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
Créditos Especiais Irregulares				0,00

Créditos Especiais Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	0,00
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Total Aberto por Origem	0,00

Conclusão do Item:

Não foram abertos créditos especiais.

Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

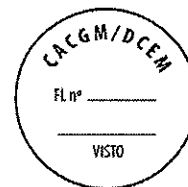
2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acrescimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F)
116 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	8.706,79	0,00	0,00	56.000,00	13.930,85	42.069,15	0,00
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	2.725.280,56	0,00	0,00	3.053.708,17	2.583.830,22	469.877,95	0,00
124 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	236.930,00	0,00	0,00	2.411.171,85	652.635,08	1.758.536,77	0,00
143 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	20.186,45	0,00	0,00	53.000,00	12.283,14	40.716,86	0,00
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	53.568,63	0,00	0,00	253.000,00	6.933,90	246.066,10	0,00
190 - Operações de Crédito Internas	221.115,56	0,00	0,00	291.000,00	290.089,41	910,59	0,00
Total				0,00			0,00

Conclusão do Item:

Não foram abertos créditos suplementares e especiais utilizando a fonte excesso de arrecadação.



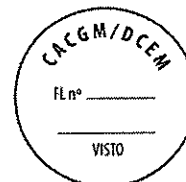
Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
216 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	19.408,90	0,00	0,00
217 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	374,14	0,00	0,00
218 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	1.227,22	0,00	0,00
219 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	22.704,11	0,00	0,00
222 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	960.720,60	715.000,00	0,00
229 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	553.479,46	322.334,55	0,00
242 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	20.728,55	0,00	0,00
243 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	2.020,81	0,00	0,00
245 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	2.479,78	0,00	0,00
247 - Transferência do Salário-Educação	146.994,06	0,00	0,00
248 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	217.772,65	0,00	0,00
249 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	382.842,58	0,00	0,00
251 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	97.485,92	0,00	0,00
252 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	49.103,80	0,00	0,00
253 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	16.752,92	0,00	0,00
255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	51.162,17	0,00	0,00



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
256 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	115.548,60	115.548,60	0,00
257 - Multas de Trânsito	88.422,07	0,00	0,00
292 - Alienação de Bens	559.333,50	0,00	0,00
Total			0,00

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art, 167 CR 1988)

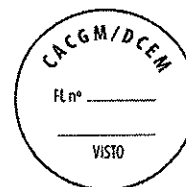
Créditos Concedidos (A)	Despesa Empenhada (B)	Despesa Excedente (B-A)
62.529.883,15	47.041.938,46	0,00

Obs.: Os Créditos concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988.



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Descrição	Percentual	Valor
Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		27.236.516,14
Repasse Concedido		1.896.507,24
(-) Numerário Devolvido		0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		0,00
Total do Repasse Concedido	6,96	1.896.507,24
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	7,00	1.906.556,13
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00

Informações Complementares

População*	31864
Número de Vereadores	13
Inciso conforme Caput Art. 29-A	I

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

Conclusão do Item:

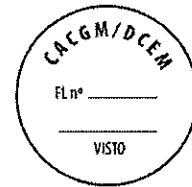
Item Regular:

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput do artigo 29A da CR/88.



Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	160.509,87
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	12.772,27
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	30.688,24
Sub Total	203.970,38
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	95.507,65
Sub Total	95.507,65
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	746.704,91
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	4.335,76
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	33,23
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	274,64
Sub Total	751.348,54
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	472.480,09
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	61.292,41
Sub Total	533.772,50
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso II)	
Sub Total	0,00
Total	1.584.599,07
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	21.296.986,30
1721.01.03 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	884.361,20
1721.01.04 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	628.488,18
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	57.906,65
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	36.534,48
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	5.978.226,14
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	911.317,98
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	74.015,64
Total	29.867.836,57
TOTAL DAS RECEITAS	31.452.435,64



Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	541.488,07	0,00	20.088,84	561.576,91
Sub Total	541.488,07	0,00	20.088,84	561.576,91
272 - Previdência do Regime Estatutário				
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	65.622,40	0,00	0,00	65.622,40
Sub Total	65.622,40	0,00	0,00	65.622,40
361 - Ensino Fundamental				
0020 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.711.877,43	0,00	139.140,39	1.851.017,82
0021 - TRANSPORTE ESCOLAR	423.199,51	0,00	3.226,68	426.426,19
Sub Total	2.135.076,94	0,00	142.367,07	2.277.444,01
365 - Educação Infantil				
0024 - ENSINO INFANTIL	302.146,86	0,00	38.250,32	340.397,18
Sub Total	302.146,86	0,00	38.250,32	340.397,18
366 - Educação de Jovens e Adultos				
0025 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO	87.471,71	0,00	5.151,34	92.623,05
Sub Total	87.471,71	0,00	5.151,34	92.623,05
367 - Educação Especial				
0041 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	8.633,83	0,00	17.874,76	26.508,59
Sub Total	8.633,83	0,00	17.874,76	26.508,59
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
Exclusões				
Despesas com veículo para atender a merenda escolar	-18.016,34	0,00	0,00	-18.016,34
Despesas com hospedagem para funcionários	-4.455,40	0,00	0,00	-4.455,40
Despesas com fornecimento de alimentação para funcionários	-11.858,19	0,00	0,00	-11.858,19
Despesas com fornecimento de refeição para funcionários	-2.203,20	0,00	0,00	-2.203,20
Sub Total	-36.533,13	0,00	0,00	-36.533,13
12 - Total Educação	3.103.906,68	0,00	223.732,33	3.327.639,01



Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	3.103.906,68
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	5.660.037,57
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	223.732,33
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	8.987.676,58
Disponibilidade de caixa (D)	224.212,01
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	479,68
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	223.732,33
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	8.987.676,58

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	0,00	31.452.435,64
J - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	7.863.108,91
I - Valor da Aplicação	28,58	8.987.676,58
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		1.124.567,67

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,58% da Receita Base de Cálculo.

Considerações:

- Excluiu-se os valores R\$18.016,34, R\$4.455,40, R\$11.858,19 e R\$2.203,20 referentes a despesas não afetas ao Ensino, conforme relação de empenhos às fls. _____.

Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	15.593.061,04
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	19.264,30
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	7.412.854,52
119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	705.138,14
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	2.583.830,22
143 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	12.283,14
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	220.084,13
145 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	118.859,75
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	98.824,77
147 - Transferência do Salário-Educação	463.959,19
222 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	593.790,74
Sub Total	12.228.888,90
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 101 e 201 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	12.228.888,90
Total após exclusões (C = A - B)	3.364.172,14
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	5.660.037,57
Total das Despesas (E = C + D)	9.024.209,71



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	223.732,33
Disponibilidade de caixa (G)	224.212,01
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	479,68
Saldo de Disponibilidade de Caixa (I = G - H)	223.732,33
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (J = F - I)	0,00
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = E - J + K)	9.024.209,71



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	
5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012)	

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	160.509,87
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	12.772,27
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	30.688,24
Sub Total	203.970,38
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	95.507,65
Sub Total	95.507,65
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	746.704,91
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	4.335,76
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	33,23
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	274,64
Sub Total	751.348,54
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	472.480,09
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	61.292,41
Sub Total	533.772,50
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	1.584.599,07
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	21.296.986,30
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	57.906,65
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	36.534,48
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	5.978.226,14
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	911.317,98
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	74.015,64
Total	28.354.987,19
TOTAL DAS RECEITAS	29.939.586,26



Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	448.101,84	968,00	15.123,00	464.192,84
Sub Total	448.101,84	968,00	15.123,00	464.192,84
272 - Previdência do Regime Estatutário				
0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	864.459,76	0,00	0,00	864.459,76
Sub Total	864.459,76	0,00	0,00	864.459,76
301 - Atenção Básica				
0010 - CIDADE SORRINDO	105.715,19	0,00	21.272,01	126.987,20
0014 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	849.104,21	0,00	20.231,99	869.336,20
Sub Total	954.819,40	0,00	41.504,00	996.323,40
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
0010 - CIDADE SORRINDO	56.904,97	0,00	3.306,67	60.211,64
0015 - GESTÃO HOSPITALAR E DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	2.709.562,98	4.195,28	67.275,49	2.781.033,75
Sub Total	2.766.467,95	4.195,28	70.582,16	2.841.245,39
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
0014 - ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE	114.865,04	0,00	1.056,00	115.921,04
Sub Total	114.865,04	0,00	1.056,00	115.921,04
304 - Vigilância Sanitária				
0016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	90.630,59	0,00	9.518,39	100.148,98
Sub Total	90.630,59	0,00	9.518,39	100.148,98
305 - Vigilância Epidemiológica				
0017 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	162.165,62	0,00	20.265,80	182.431,42
Sub Total	162.165,62	0,00	20.265,80	182.431,42
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	5.401.510,20	5.163,28	158.049,35	5.564.722,83

Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)	

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	5.401.510,20
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	163.212,63
Subtotal (C = A + B)	5.564.722,83
Disponibilidade de caixa (D)	154.418,72
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	166.410,81
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	163.212,63
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	5.401.510,20

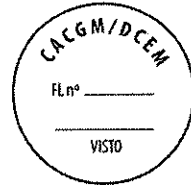
Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	0,00	29.939.586,26
J - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	4.490.937,94
I - Valor da Aplicação	18,04	5.401.510,20
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		910.572,26

Conclusão do Item:

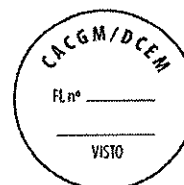
Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 18,04% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	
5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)	

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

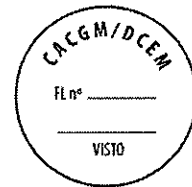
5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	12.604.927,47
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	291.662,52
112 - Serviços de Saúde	145.783,26
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	7.621,04
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	4.024.688,32
149 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	737.182,36
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	216.261,28
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	93.935,35
152 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	50.880,34
153 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	6.933,90
155 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	1.465.256,27
Sub Total	7.040.204,64
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	7.040.204,64
Total após exclusões (C = A - B)	5.564.722,83

Resumo

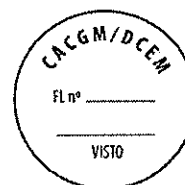
Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	163.212,63
Disponibilidade de caixa (E)	154.418,72
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	166.410,81
Saldo de Disponibilidade de Caixa (G = E - F)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (H = D - G)	163.212,63
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (I)	0,00
Total Aplicado (J = C - H + I)	5.401.510,20



Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	26.472.748,70	1.375.443,92	27.848.192,62
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.472.748,70	1.375.443,92	27.848.192,62
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	26.472.748,70	1.375.443,92	27.848.192,62
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	562.061,60	0,00	562.061,60
3.1.90.01.01 - APOSENTADORIAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS	562.061,60	0,00	562.061,60
3.1.90.03.00 - PENSÕES	254.033,27	0,00	254.033,27
3.1.90.03.01 - PENSÕES CUSTEADAS COM RECURSOS DO RPPS	254.033,27	0,00	254.033,27
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	9.437.763,85	0,00	9.437.763,85
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.914.280,28	0,00	1.914.280,28
3.1.90.04.02 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 40%)	32.622,19	0,00	32.622,19
3.1.90.04.99 - Outros	7.490.861,38	0,00	7.490.861,38
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.298.265,95	1.141.094,54	12.439.360,49
3.1.90.11.01 - PESSOAL (RECURSOS: MÍNIMO DE 60%)	4.074.881,91	0,00	4.074.881,91
3.1.90.11.02 - PESSOAL (RECURSOS: 40%)	538.726,61	0,00	538.726,61
3.1.90.11.03 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO RPPS), EXCETO FUNDEB	0,00	17.441,82	17.441,82
3.1.90.11.04 - PESSOAL CARGO EFETIVO (VINCULADO AO INSS), EXCETO FUNDEB	5.257.293,38	135.773,20	5.393.066,58
3.1.90.11.05 - PESSOAL CARGO COMISSIONADO, EXCETO FUNDEB	753.384,35	268.503,74	1.021.888,09
3.1.90.11.06 - SUBSÍDIO VEREADOR	0,00	668.472,86	668.472,86
3.1.90.11.07 - SUBSÍDIO PREFEITO	156.000,00	0,00	156.000,00
3.1.90.11.08 - SUBSÍDIO VICE-PREFEITO	78.000,00	0,00	78.000,00
3.1.90.11.09 - SUBSÍDIO SECRETÁRIO MUNICIPAL	439.979,70	0,00	439.979,70

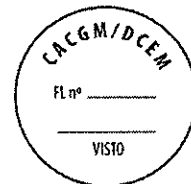


Município: Minas Novas Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

3.1.90.11.10 - SUBSÍDIO PRESIDENTE DA CÂMARA	0,00	50.902,92	50.902,92
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.917.892,18	234.349,38	5.152.241,56
3.1.90.13.03 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O INSS (EXCETO FUNDEB)	3.360.410,51	234.349,38	3.594.759,89
3.1.90.13.04 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB (MÍNIMO DE 60%)	1.423.692,33	0,00	1.423.692,33
3.1.90.13.05 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS FUNDEB 40%	133.789,34	0,00	133.789,34
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.731,85	0,00	2.731,85
3.1.90.92.01 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE PESSOAL ATIVO	1.672,44	0,00	1.672,44
3.1.90.92.02 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DE INATIVOS E PENSIONISTAS	1.059,41	0,00	1.059,41

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio.	816.094,87	0,00	816.094,87
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	2.731,85	0,00	2.731,85
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	818.826,72	0,00	818.826,72
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	25.653.921,98	1.375.443,92	27.029.365,90



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)	

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	51.907.300,23
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	5.660.037,57
Sub Total	5.660.037,57
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
Sub Total	0,00
Total	5.660.037,57
Exclusões	
Receitas Corrente Intraorçamentária	
Sub Total	0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	0,00
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	0,00
Total	0,00
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	46.247.262,66

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	24.973.521,84	2.774.835,76	27.748.357,60
Total da Despesa com Pessoal	25.653.921,98	1.375.443,92	27.029.365,90
% Aplicado	55,47	2,97	58,44
% Excedente	1,47	0,00	1,47

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Regular:

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 55,47% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo). Ressalva-se, porém, que o percentual excedente foi eliminado no segundo quadrimestre seguinte, tendo sido reduzido 1/3 no primeiro quadrimestre, nos termos do art. 23 da LC 101/2000, conforme demonstrado no Anexo I – LRF. Dessa forma, considerou-se regular este item."

Poder Legislativo

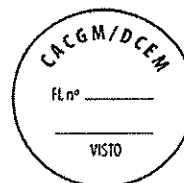
Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,97% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município

Item Regular:

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 58,44% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).



Município: Minas Novas	Exercício: 2016
Nº do Processo: 1012747	
7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da INTC 04/16)	

O Parecer do Controle Interno foi pela regularidade das contas

Conclusão do Item:

Item Regular:

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa nº 04, de 14 dezembro de 2016".



Município:	Minas Novas	Exercício:	2016
Nº do Processo:	1012747		

8 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais sem recursos disponíveis, atendendo o disposto no artigo 43 da Lei 4320/64 c/c parágrafo único do artigo 8º da LC 101/2000.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art, 167 CR 1988)

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 28,58% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual de 18,04% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Executivo

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 55,47% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo). Ressalva-se, porém, que o percentual excedente foi eliminado no segundo quadrimestre seguinte, tendo sido reduzido 1/3 no primeiro quadrimestre, nos termos do art. 23 da LC 101/2000, conforme demonstrado no Anexo I – LRF. Dessa forma, considerou-se regular este item.”

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III,



Município:	Minas Novas	Exercício:	2016
Nº do Processo:	1012747		

8 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,97% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Município

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 58,44% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da INTC 04/16)

O relatório de Controle Interno apresentado abordou todos os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, caput e § 2º, e art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa nº 04, de 14 dezembro de 2016".

CONCLUSÃO:

Com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, após a análise da prestação de contas apresentada, propõe-se a aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art.45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos especiais.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais utilizando a fonte excesso de arrecadação.

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

Os Relatórios que compõem esta prestação de contas foram anexados eletronicamente ao SGAP

CACGM/DCEM, em / /

Nome: MARIA DA GLÓRIA ASSUNÇÃO DUARTE

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 14823



Município: Minas Novas
Nº do Processo: 1012747

Exercício: 2016

Remessas

Informamos que a consolidação dessa prestação de contas teve por base as seguintes remessas:

Órgão(s)

01 - CAMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS 666293620-JAN; 666302854-FEV; 666303572-MAR; 666310380-ABR; 666367953-MAI; 666379457-JUN; 666383521-JUL; 666420782-AGO; 666421534-SET; 666433150-OUT; 666437951-NOV; 680694236-DEZ
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS 618910382-IP; 630976305-JAN; 656815960-FEV; 657092290-MAR; 657109283-ABR; 657118472-MAI; 660827126-JUN; 660832778-JUL; 660832982-AGO; 660833318-SET; 660833488-OUT; 662252758-NOV; 664404823-DEZ



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura

PROCESSO N° 1.012.747

NATUREZA: Prestação de Contas do Executivo Municipal

EXERCÍCIO: 2016

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Minas Novas

RESPONSÁVEL: Gilberto Gomes de Sousa, Prefeito Municipal

RELATOR: Conselheiro Substituto Licurgo Mourão

Excelentíssimo Senhor Relator,

I - RELATÓRIO

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Minas Novas, referente ao exercício de 2016, apresentada por Gilberto Gomes de Sousa, Prefeito do citado Município.

O Órgão Técnico efetuou análise inicial às fls. 02 a 39-v, tendo concluído, às fls. 13-v/14, pela aprovação das contas, em face da ausência de irregularidades.

Vieram os autos a este *Parquet*, para manifestação, nos termos regimentais.

É o relatório, no essencial.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Das informações disponíveis para análise

Importante considerar, inicialmente, que as contas sob análise chegaram ao Tribunal por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, *software* que permite ao gestor a remessa, em meio eletrônico, das informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município.

2. Do escopo da análise técnica dos processos de prestação de contas anuais de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura

Outro aspecto que merece registro é o fato de que o Tribunal de Contas, buscando aperfeiçoar as ações referentes à análise e processamento das prestações de contas anuais, estabeleceu como escopo para exame das contas relativas ao exercício de 2016, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2017, de 29 de março de 2017, a verificação do cumprimento de normas constitucionais e legais atinentes a:

- a) índice constitucional relativo às ações e serviços públicos de saúde;
- b) índice constitucional relativo à manutenção e desenvolvimento do ensino, excluído o índice legal referente ao FUNDEB;
- c) limite de despesas com pessoal, fixado nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- d) limite definido no art. 29-A da CR/88 para repasse de recursos ao Poder Legislativo Municipal;
- e) disposições previstas nos incisos II, V e VII do art. 167 da CR/88 e nos artigos 42, 43 e 59 da Lei Federal nº 4.320/64, relativas à abertura de créditos orçamentários e adicionais; e
- f) encaminhamento do Relatório de Controle Interno, nos termos da Instrução Normativa nº 04/2016.

3. Dos apontamentos da Unidade Técnica, relativos ao escopo definido pelo Tribunal de Contas para exame das prestações de contas anuais

Dentro do escopo definido, consoante mencionado no item precedente, a Unidade Técnica não apontou qualquer irregularidade.

Cumprе ressaltar, no que tange à **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, que se faz necessário reiterar a recomendação já feita por este Ministério Público de Contas, no sentido de que o Município adote medidas para o efetivo cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação - PNE,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura

instituído pela Lei nº 13.005/2014, alertando o gestor de que o prazo para o cumprimento das metas de nºs 1, 9 e 18, referentes à universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, à elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) e à elaboração de planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública, encontra-se expirado.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando-se as informações extraídas do SICOM, a delimitação do escopo de análise das Prestações de Contas apontada no item 2 deste parecer e as demais considerações supra elencadas, OPINA este Ministério Público de Contas pela emissão de parecer prévio pela **aprovação das contas do Executivo Municipal de Minas Novas, referentes ao exercício de 2016**, com arrimo no art. 45, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2008, sem prejuízo das recomendações sugeridas.

Ressalva-se que a emissão de parecer prévio não exime o gestor da responsabilidade por atos de gestão ilegais ou irregulares que venham a ser apurados em outras ações de controle do Tribunal de Contas, bem como por este Ministério Público, no exercício de suas competências.

É o parecer.

Belo Horizonte, 28 de março de 2018.

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora do Ministério Público de Contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo



TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo nº: 1012747
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator Anterior: CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO
Competência Anterior: SEGUNDA CÂMARA

Relator Atual: CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO
Competência Atual: PRIMEIRA CÂMARA
Motivo: MUDANÇA DE COMPETENCIA
Data/Hora: 23/04/2018 00:00:00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Protocolo



TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Processo nº.: 1012747
Natureza: PCTAS EXECUTIVO MUNICIPAL
Relator Anterior: CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO
Competência Anterior: PRIMEIRA CÂMARA

Relator Atual: CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO
Competência Atual: SEGUNDA CÂMARA
Motivo: MUDANÇA DE COMPETENCIA
Data/Hora: 06/08/2018 15:01:18

TERMO GERADO E ANEXADO AUTOMATICAMENTE PELO SGAP.



Processo n.: 1012747

Data: 21/01/2019

PESQUISA NO SGAP

Realizadas pesquisas junto ao Sistema Gerencial de Administração de Processos, SGAP, não foi registrada, até às 10h10min, do dia 21/01/2019, documentação relativa aos presentes autos, encaminhada pelo(s) responsável(eis)/interessado(s)/procurador(es), em face da deliberação de fls. 51/52.

Soraia Lott Rodrigues
TC 2548-5

CERTIDÃO

Certifico que a deliberação de 18/10/2018, disponibilizada no “Diário Oficial de Contas” de 09/11/2018, transitou em julgado em 13/12/2018.

Giovana Lameirinhas Arcanjo
Coordenadora

RMG/slr